

## Lei de Responsabilidade Fiscal

# Quase 90% das cidades paulistas têm indícios de irregularidades, diz TCE

—Alertas emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado no fim do ano passado atingiram 567 dos 644 municípios de São Paulo; descumprimento da LRF gera sanções ao prefeito

HEITOR MAZZOCO

Dos 644 municípios paulistas fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), 567 (88%) receberam alertas com índices de irregularidades na gestão orçamentária e precisam de providências para ajustar os caixas públicos e evitarem problemas fiscais. Descumprimentos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) podem levar o prefeito a responder por improbidade administrativa e ficar inelegível. Os alertas emitidos pelo TCE no fim do ano passado apontam para os gestores a falta de investimento regular em saúde, educação, gastos excessivos, arrecadação abaixo do previsto e necessidade de ajustes fiscais.

Um dos principais problemas apontados pelo TCE nos últimos alertas é a despesa superar em 95% a receita corrente, o que obriga o gestor municipal a cortar custos. As medidas a serem cumpridas estão no artigo 167-A, da Constituição Federal, que proíbe reajustes salariais, criação de cargos, alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa, contratações temporárias ou realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias, criação ou majoração de auxílios, bônus, abonos, criação de despesa obrigatória, medida que implique reajuste de despesa obriga-

tória acima da variação inflacionária, criação ou expansão de programas e concessão de incentivo ou benefício tributário.

**COMPROMETIMENTO.** Entre os 10 maiores municípios de São Paulo, a pior situação é de São José dos Campos, que compromete 99,33% da receita com despesas correntes, segundo documento emitido pelo TCE em dezembro do ano passado. O **Estado** procurou a prefeitura de São José dos Campos, que não havia respondido até a noite de ontem.

Na sequência, Santo André tem a segunda pior situação com 95,34%. Ribeirão Preto, Sorocaba, Guarulhos, São José do Rio Preto, Campinas e São Bernardo do Campo também compõem o rol de municípios em alerta entre os grandes do Estado. A capital paulista não faz parte do levantamento pois é fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Município (TCM) e não pelo TCE.

Em outubro do ano passado, o prefeito de Santo André, Paulo Serra (PSDB), decretou corte de gastos na gestão pública, por meio do decreto 18.175/2023. Entre as medidas, revisão contratual com a finalidade de reduzir gastos em 25%, suspensão temporária de contratação de aprovados em concursos e suspensão de participação em capacitações, cursos, seminários, feiras e congressos, aquisição de materiais per-

## GASTOS NO LIMITE EM PREFEITURAS PAULISTAS

Porcentagem da receita comprometida com despesas correntes das maiores cidades com alerta de problemas orçamentários em São Paulo

CIDADE	DESPESA CORRENTE EM PORCENTAGEM
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	99,33
SANTO ANDRÉ	95,34
RIBEIRÃO PRETO	94,72
SOROCABA	92,14
GUARULHOS	90,05
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	89,88
CAMPINAS	89,3
SÃO BERNARDO DO CAMPO	87,64

**FONTE:** TCE-SP / **INFOGRÁFICO:** ESTADÃO

***“O Tribunal dá o alerta e mostra que os problemas podem levar à reprovação de contas, tornar o prefeito inelegível, problemas com Lei de Responsabilidade Fiscal”***

**Antonio Carlos Freitas**  
Mestre em direito  
constitucional pela USP

manentes com recursos do Tesouro ou que demandem contrapartida, hora extras, aditamentos e começo de obra que demande recursos do Tesouro.

Para evitar problemas, prefeituras ouvidas pelo **Estadão** afirmaram tomar medidas para diminuir custos, mesmo

sem atingir o índice de 95%. Em São Bernardo do Campo, por exemplo, a gestão de Orlando Morando (PSDB) proibiu “despesas como horas extras, assinatura de periódicos e anuidades” e solicitou “revisão dos saldos de empenhos de contratos, além da instituição do Programa de Regularização Tributária, voltado à diminuição da inadimplência e aumento da arrecadação”.

Em São José do Rio Preto, "as Secretarias de Planejamento e Fazenda estão concluindo as apurações dos resultados e análises das indicações do Tribunal de Contas para sugerir os possíveis ajustes, se necessários", que serão avaliados pelo prefeito Edinho Araújo (MDB).

A prefeitura de Guarulhos informou que teve dificuldades em cumprir as metas orçamen-

tárias em 2023, principalmente devido à queda na arrecadação do ICMS e que o município “executou despesas no limite do que a receita arrecadada comportava a fim de não ultrapassar os limites da LRF sem deixar de cumprir as metas fiscais fixadas para o exercício”.

Mestre em direito constitucional pela Universidade de São Paulo (USP), Antonio Carlos Freitas diz que prefeitos são obrigados a cumprir metas para adequação de apontamentos feitos pelo TCE. "O que ele não é obrigado é atender imediatamente o que o Tribunal está recomendando. O Tribunal dá o alerta e mostra que os problemas podem levar à aprovação de contas, tornar o prefeito inelegível, problemas com Lei de Responsabilidade Fiscal. Para evitar, o sinal do Tribunal é sugestão", disse.

Especialista em direito administrativo, Alex Basílio Alves explica a diferença no artigo 167-A da Constituição. "O município não é obrigado a fazer uma lei, mas precisa fazer ajuste fiscal. A lei dá a possibilidade para o município fazer o ajuste fiscal da forma que achar melhor, mas que volte para índice abaixo de 85%. O limite prudencial é de 85%, e o limite máximo, 95%. Se estiver acima de 85%, o município cria mecanismos de ajuste fiscal e os demais órgãos (*no município*) não precisam cumprir integralmente. Se estiver acima dos 95%, todos devem fazer, como Câmara, autarquias".

## Frustração de receita do ICMS afeta municípios

Maior cidade do interior de São Paulo, Campinas também enfrenta problemas no orçamento. Um dos motivos, segundo o secretário de Finanças, Aurilio Caiado, foi a queda de repasse no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e dívida ativa.

"Foi um ano muito difícil em função dessa frustração orçamentária pela redução do repasse do ICMS, que beirou os R\$ 300 milhões, e cortar isso é muito complicado. Nós tive-

mos que cortar do orçamento 2023 e não prever a receita em 2024”, disse Caiado ao **Estado**. “Tivemos que projetar um orçamento de 2024 praticamente sem nenhuma taxa de crescimento em relação a 2023, graças à frustração do ICMS e também da nossa dívida ativa, de cobrança. Essas duas frustrações impactaram em R\$ 400 milhões.”

Apesar de Campinas não estar acima do limite de 95% no gasto de despesa corrente co-

mo prevê a Constituição, a gestão de Dário Saadi (Republicanos) analisa medidas para retornar ao patamar de 85%.

O secretário, que é doutor em economia pela Universidade de Campinas (Unicamp), fez uma previsão nada positiva para os municípios a médio e longo prazo. "A tendência é de piora, na medida em que foi implantada a previsão da Reforma Tributária de fim do ISS e implantação do IBS, a tendência é o município perder autonomia e perder gestão sobre a própria receita. Em Campinas, por exemplo, mais de 60% da receita é arrecadação municipal. Dá um grande grau de autonomia ao município na formulação de políticas públicas", afirmou Caiado.

## Campinas

**R\$ 400 mi**

é o impacto calculado na arrecadação de Campinas com a frustração de receitas do ICMS e também com a dívida ativa

**OUTRAS.** A Secretaria da Fazenda de Sorocaba informou que “está em período de apuração e fechamento do exercício orçamentário” e a administração municipal “continua atenta aos alertas emitidos pelo TCE, procedimento que é realizado de praxe pelo órgão”. “A fim de que as situações sejam provi-

denciadas sempre dentro do prazo previsto.”

A Prefeitura de Ribeirão Preto classificou o resultado de “positivo”. “O que o relatório aponta é que estamos bem abaixo do fixado, e espera-se que fique dessa forma durante todo o exercício”, diz o município.

Segundo a prefeitura, a meta fixada é um superávit primário de R\$ 94 milhões até o segundo quadrimestre e apresenta um superávit primário de R\$ 244 milhões, “duas vezes maior que o consignado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)”. “Ressaltamos que esse mecanismo de ajuste será aplicado depois do encerramento do exercício o que ainda não ocorreu.” ● **H.M.**